

Bernard Lugan

HISTÓRIA DE ÁFRICA

Das origens à actualidade

VOLUME II

Traduzido por **Francisco Silva Pereira**

B BOOK
BUILDERS

Índice

SEXTA PARTE

ÁFRICA DE 1914 A 1945	21
-----------------------------	----

CAPÍTULO I

O PRIMEIRO CONFLITO MUNDIAL	23
A. O conflito no Norte de África	23
B. O conflito na África Ocidental	28
1. A campanha do Kamerun (Camarões).....	30
2. A conquista do Sudoeste Africano pela África do Sul	32
C. O conflito na África Oriental	34
1. A resistência alemã.....	36
2. A ofensiva anglo-belga de 1916.....	40
D. A partilha das colónias alemãs	44

CAPÍTULO II

ÁFRICA DE 1919 A 1939	47
A. Egípto e Líbia	47
1. O Egípto e o renascimento do nacionalismo	48
2. Líbia italiana.....	50
B. O Magrebe	51
1. Tunísia.....	51
2. Marrocos.....	52
3. Argélia	59
C. África sul-sariana	61
1. A guerra da Etiópia.....	61
2. Hitler e a questão colonial.....	65
3. África do Sul	68
4. O nascimento das reivindicações nacionalistas	70

CAPÍTULO III

O SEGUNDO CONFLITO MUNDIAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	73
A. Os anos 1940-1942	73
1. A guerra pelo Canal do Suez	73
2. África francesa até 1942	76
3. O desembarque de 1942 e suas consequências	78
B. Questionar a colonização	81
1. A França face à nova realidade	81
2. A conferência de Brazzaville (30 de Janeiro-8 de Fevereiro de 1944)	83

SÉTIMA PARTE

AS DESCOLONIZAÇÕES	85
--------------------------	----

CAPÍTULO I

A DESCOLONIZAÇÃO FRANCESA.....	87
A. O Magrebe	87
1. A independência dos dois protectorados (Tunísia e Marrocos) ..	90
a. Tunísia.....	91
b. Marrocos	95
2. A cisão argelina	99
a. O nascimento do nacionalismo.....	99
b. As hesitações francesas	103
3. De Gaulle e a Argélia	108
B. África sul-sariana	112
1. A União Francesa (1946)	115
2. A Lei-Quadro (1956).....	120
3. Da Comunidade Francesa à independência.....	124
C. Descolonização francesa, uma necessidade económica?.....	127
1. O Império foi ruinoso para a França?.....	127
2. «Querida Argélia».....	135

CAPÍTULO II

A DESCOLONIZAÇÃO BRITÂNICA	141
A. Egipto e Sudão	142
1. Egipto, motor da descolonização	142
2. Sudão	147
B. Descolonização da África sul-sariana	149

ÍNDICE

9

1.	A Revolta dos Mau-Mau no Quénia (1952-1956)	149
2.	Rodésia e Niassalândia.....	156
1.	Niassalândia	159
2.	Rodésia do Norte.....	159
3.	O caso da Rodésia do Sul	161
C.	O Império Britânico Africano foi um «bom negócio»?	163
4.	Da União Sul-Africana à República da África do Sul (1948-1961).	165

CAPÍTULO III

AS OUTRAS DESCOLONIZAÇÕES	169
A. Descolonização belga.....	169
1. O caos congolês.....	169
2. O Congo enriqueceu a Bélgica?.....	175
3. Ruanda (Rwanda)	178
4. Urundi (Burundi)	183
B. Itália, Portugal e Espanha.....	185
1. A descolonização italiana	185
2. A descolonização portuguesa.....	187
3. A descolonização espanhola.....	191

OITAVA PARTE

ÁFRICA DE 1960 A 2020	197
-----------------------------	-----

CAPÍTULO I

ÁFRICA ENTRE BLOQUEIOS, DEBATES E MUDANÇAS.....	201
A. A questão do Estado	201
1. A comunidade ou o indivíduo?.....	201
2. Fronteiras artificiais	204
B. O fracasso económico e comercial.....	207
1. 1960-2004: a estagnação	207
2. 2004-2014: melhoria graças às matérias-primas	210
3. 2015-2020: o regresso ao pessimismo	214
C. A evolução das formas de conflito	218
1. Guerras africanas antes de 2010.....	218
2. As novas formas de conflito	220
D. China e Rússia, a entrada em cena de dois novos grandes actores....	222
1. China: a predação soridente.....	222
2. Rússia: o grande regresso	225

CAPÍTULO II	
NORTE DE ÁFRICA.....	229
A. Egipto: do coronel Nasser ao marechal Sissi	230
1. Egipto até 2011	230
2. A revolução egípcia (Fevereiro de 2011, Abril de 2013)	233
3. O Exército recupera o poder (Abril de 2013)	239
B. Líbia: do coronel Gaddafi à guerra de todos contra todos	240
1. O coronel Gaddafi ou o poder tribal.....	240
2. A política saro-africana do coronel Gaddafi	244
a. O tropismo tuaregue	245
b. As guerras perdidas do Chade (1973-1989)	246
3. O coronel Gaddafi torna-se «respeitável».....	247
4. A Guerra da Líbia (Fevereiro-Outubro de 2011)	250
5. A ilusão democrática (final de 2011-final de 2013)	252
6. Da anarquia à ofensiva do general Haftar (2014-2020)	254
C. Tunísia entre secularismo e islamismo.....	256
1. Tunísia desde Bourguiba a Ben Ali (1956-2011).....	256
2. As causas e etapas da revolução tunisina de 2010-2014	259
3. O balanço da revolução.....	261
D. A Argélia e o seu «Sistema».....	262
1. Do golpe de Estado do Verão de 1962 à guerra civil de 1992	262
2. A «década negra» (1992-2002)	265
3. A Argélia de Abdelaziz Bouteflika (1999-2020)	268
E. Marrocos e as suas permanências	273
1. O reinado de Hassan II (1961-1999).....	274
2. Marrocos de Mohamed VI.....	279
3. As reformas constitucionais de 2012 e suas consequências	281
CAPÍTULO III	
ÁFRICA OCIDENTAL ATLÂNTICA DE 1960 A 2020	283
A. Mauritânia e Senegal.....	283
1. A República Islâmica da Mauritânia.....	284
2. A República do Senegal.....	285
B. Guiné e o seu etno-federalismo.....	289
1. As chaves étnicas da questão guineense	289
2. A Guiné de Lansana Conté (1984-2008)	290
3. O regresso ao poder dos Malinqué.....	296
C. Serra Leoa e Libéria	296
1. Serra Leoa: os Mendé contra os Limba	297
2. Libéria: Krahn contra Gyo e Mano	304

ÍNDICE

11

D. Costa do Marfim	309
1. Costa do Marfim, coração da tectónica étnica regional	309
2. O poder baulê (1960-1999).....	312
3. A presidência de Laurent Gbagbo (2000-2010)	317
4. A crise de Novembro de 2010 a Abril de 2011.....	320
5. A presidência de Alassane Ouattara	322

CAPÍTULO IV

O ESPAÇO SARO-SAHELIANO.....	327
A. A terra e as gentes	328
1. Um meio original.....	328
2. Uma história rica e complexa.....	330
3. As guerras tuaregues de 1963 a 2009	332
B. As guerras do Mali e a sua extensão regional	335
1. Da guerra tuaregue à guerra islamita (2011-2013)	335
2. A guerra do Macina.....	338
3. A frente da região das «três fronteiras» (Mali-Níger-Burkina Faso)	341
4. O contágio no Burkina Faso	342
5. As frentes do Níger	348
C. A questão do Chade.....	350
1. Da vingança dos sulistas à revolta dos nortistas	352
2. Tubu do Tibesti contra Tubu do Ennedi.....	354
3. As guerras de Idriss Déby Itno (2003-2008).....	357
4. As tensões de 2019	361
a. A frente do Ennedi	362
b. A frente do Tibesti	363

CAPÍTULO V

O GOLFO DA GUINÉ.....	365
A. Camarões	365
B. Nigéria	368
1. Os militares no poder	371
2. A guerra no Norte	373
3. A guerra no Sul.....	374
4. A guerra no centro	376
C. República do Congo (Brazzaville)	377
D. Gabão	381

CAPÍTULO VI

O CORNO D'ÁFRICA.....	385
A. Etiópia 387	
1. O fim do regime imperial.....	387
2. A redefinição do Estado	388
3. O conflito Etiópia-Eritreia	394
4. Do poder dos Tigríniós ao dos Oromo	398
B. Djibuti	402
C. Somália	403
1. Pan-somalismo ou tribalismo?.....	403
2. Anarquia somali	405
D. Sudão	410
1. Sudão independente.....	411
2. A guerra do Sudão do Sul	414
3. A questão do Darfur	417
4. O nascimento caótico do Sudão do Sul (2012-2020)	421
5. O fim do período Bashir no Norte do Sudão (2019).....	422

CAPÍTULO VII

NO CENTRO DO CONTINENTE	425
A. RCA (República Centro-Africana).....	425
1. As gentes do rio no poder.....	425
2. A alternância étnica.....	427
3. O tempo dos rebeldes (2003-2012)	430
4. Sangaris, uma operação sem um objectivo (2014-2016).....	432
B. A República Democrática do Congo (Zaire) de 1960 a 2020	433
1. Os riscos do desmembramento (1960-1965)	434
2. Do Zaire do marechal Mobutu à primeira guerra do Congo Zaire (1965-1997)	437
3. A RDC de Kabila (1997-2001).....	443
4. A RDC de Kabila filho (2001-2019)	446
5. A questão do Ituri	448
C. Ruanda (1961-1974).....	457
1. A primeira república (1961-1973)	457
2. O regime de Habyarimana (1973-1994).....	459
3. O genocídio de 1994 e a tomada do poder pela FPR	466
D. Burundi	470
1. Tutsi do Sul versus Tutsi do Norte.....	471
2. Multipartidarismo e caos	473
3. O despertar dos velhos demónios.....	476

ÍNDICE	13
E. África Oriental: Quénia, Uganda e Tanzânia	478
1. O Quénia e o domínio dos Quicuio.....	480
2. Uganda: o centro contra as suas periferias.....	488
3. Tanzânia e o seu dualismo continente-ilha.....	494
CAPÍTULO VIII	
ÁFRICA AUSTRAL.....	497
A. Da Rodésia ao Zimbabué	498
1. Independência autoproclamada e suas consequências	500
2. O Zimbabué de Robert Mugabe.....	502
B. Angola.....	508
1. A segunda guerra de Angola	510
2. A terceira e a quarta guerras de Angola.....	512
C. Moçambique	515
1. O fracasso da política comunista	516
2. Paz no centro, guerra no Norte	517
D. Do Sudoeste Africano à Namíbia	519
E. África do Sul (República da África do Sul-RSA).....	522
1. O fim do poder branco.....	522
2. O ANC no poder.....	525
3. O fim das ilusões	529
BIBLIOGRAFIA.....	
535	
ÍNDICE ONOMÁSTICO	571

Sexta Parte

África de 1914 a 1945

Trinta anos separam o início do primeiro conflito mundial do fim do segundo. Durante estas três décadas, as relações entre a Europa colonial e a África colonizada foram conturbadas. O período começa com o apogeu da colonização e termina com a sua morte anunciada e até planeada. Entretanto, surgiam fissuras profundas no sistema.

Durante o primeiro conflito mundial, os Africanos constataram que os seus «senhores» lutavam entre si com ferocidade. Tendo-lhes sido possível observar as suas fraquezas e sofrimentos, deixaram de os ver como quase semideuses.

Tendo saído enfraquecida do conflito, a Europa colonial tinha cada vez mais dificuldade em conter a vaga nacionalista que se espalhava por todo o Norte de África, especialmente nas suas duas extremidades, no Egito, com um forte protesto antibritânico, e em Marrocos, com a Guerra do Rife.

A sul do Sara, a contestação do sistema colonial não foi tão violenta porque se revelou menos organizada e assumiu diferentes formas nos domínios britânico e francês.

No final da II Guerra Mundial, o repúdio da colonização era geral, em especial porque a Europa tinha perdido a sua liderança em benefício das potências anti-imperialistas. Por diferentes motivos, Washington e Moscovo apoiavam o direito dos povos à autodeterminação. Mas enquanto o Reino Unido antecipava um processo que ele próprio desenunciaria em 1941 com o reconhecimento da iminente independência da Índia, a França deixava-se ficar presa na imobilidade, com o preâmbulo da *Conferência de Brazzaville* de 30 de Janeiro de 1944 a rejeitar qualquer ideia de independência, autonomia e até de *self-government*.

Capítulo I

O primeiro conflito mundial

O primeiro conflito mundial eclodiu quando o sistema colonial estava no seu auge. Este emergiria abalado, embora, pelo menos aparentemente, no rescaldo das hostilidades a «ordem colonial» parecesse solidamente assegurada em toda a parte. As operações militares tiveram lugar a norte e a sul do Sara. No Egipto, na zona do Canal do Suez, opuseram o Exército turco aos Aliados. Na África sul-sariana, isoladas umas das outras, as possessões alemãs ofereceram diferentes graus de resistência. Se o Togo, o Sudoeste Africano e a maior parte do Kamerun foram rapidamente ocupados pelos Aliados, o mesmo não aconteceu com a África Oriental, onde a combatividade da *Schutztruppe* comandada pelo coronel e depois general Paul-Emil von Lettow-Vorbeck retardou a vitória inevitável dos contingentes britânicos, sul-africanos, belgas e portugueses.

A. O conflito no Norte de África

A I Guerra Mundial representou um sério problema para o Egipto porque os seus dois guardiões, o Império Otomano e a Grã-Bretanha, estavam em lados opostos. A Alemanha queria ver a Turquia ao seu lado, mas a Rússia, ciente de que poderia perder muito em caso de derrota, hesitou até ao final de Outubro de 1914. Após um incidente naval turco-russo a 29 de Outubro, foi o governo do czar que a forçou a entrar na guerra⁽¹⁾, quando ela procurava manter-se fora do conflito. Depois de

(1) Interessava aos Russos que a Turquia entrasse na guerra ao lado das Potências Centrais porque esperavam, em caso de vitória, poder concluir a reconquista dos Balcãs e, assim, assumir o controlo do Estreito. Foi por isso que, após o incidente

muita hesitação, a Turquia juntou-se ao lado alemão, ameaçando assim o sistema britânico de protecção do Canal do Suez.

Nacionalismo egípcio e nacionalismo árabe

Na concepção dos primeiros nacionalistas egípcios não existia a ideia de um Estado nacional laico. Na sua época, os apoiantes de Arabi Paxá não eram nacionalistas egípcios no verdadeiro sentido do termo, mas árabes-muçulmanos que advogavam a partida dos estrangeiros cristãos e dos apoiantes do Império Otomano: para eles, apenas o sultão turco era capaz de defender os territórios muçulmanos ameaçados pelos infiéis. Mais pan-islamita do que nacionalistas, aqueles que tinham seguido Arabi Paxá ficaram perturbados com o fracasso do seu movimento.

A reivindicação nacionalista foi então personificada, de 1898 a 1906, por Mustafa Kamil (1874-1908^[2]) líder do *Partido Nacionalista*, que a expressou em numerosos discursos e em artigos publicados, nomeadamente na *Al-Liwa (O Estandarte)*, revista que fundara em 1900. Tal como ele, o seu sucessor Muhamad Farid era a favor de uma soberania otomana sobre o Egípto (Delanoue, 1977: 129-156).

Durante 1906, a reivindicação egípcia assumiu um rumo mais militante, com uma greve estudantil e uma sublevação camponesa dirigida contra oficiais britânicos. A tensão agravou-se de tal modo que, em 1907, as autoridades de ocupação anunciam o início de um processo conducente à autonomia egípcia. Mas, ao mesmo tempo, alguns nacionalistas egípcios pertencentes à corrente liberal e secular pensavam que nada se poderia conseguir com um confronto directo com os Britânicos, e que era preferível colaborar com eles para obter sucessivas concessões que culminariam na independência. Como tal, em 1907, fundaram um novo partido político, o *Umma* ou Partido do Povo, que encontrou pouco apoio entre a população egípcia.

Para os nacionalistas árabes, o conflito mundial alterou os dados do problema⁽³⁾. A questão que então se punha a todos era se os Árabes tinham ou não interesse em participar no conflito. Sendo francófilos, os nacionalistas da Síria queriam, como tal, entrar em guerra contra a Turquia. Os do Egípto, que tinham um inimigo prioritário, ou seja, a Grã-Bretanha, eram, pelo contrário, a favor de ajudar a Turquia. Quanto a Hussein, o xerife haxemita de Meca, estava mais do que disposto a entrar na guerra, mas na condição de que os Árabes obtivessem sérias vantagens em troca.

de 29 de Outubro, mandaram regressar o seu embaixador, seguindo-se-lhes a França e a Grã-Bretanha, o que finalmente empurrou a Turquia para o lado alemão, para grande satisfação do ministro da Guerra Enver Paxá e dos militares que se opunham aos partidários da neutralidade.

(2) Após a sua morte em 1908, o novo líder do partido foi Muhamad Farid.

(3) Em vésperas da guerra, Hussein ibn Ali, Xerife de Meca, rei do Hejaz e chefe dos Haxemitas desde 1908, não era avesso a uma união com o Egípto com o intuito de assim criar um contrapeso à influência turca, mas os Britânicos opuseram-se.

Em Junho de 1915, o Alto Comissário Britânico no Cairo, Sir Arthur Henry McMahon, publicou um texto no qual a Grã-Bretanha anunciaava que estava preparada para reconhecer um Estado árabe independente que exercesse plena soberania sobre os Lugares Santos. Depois, a 30 de Janeiro de 1916, prometeu a Hussein favorecer a criação de um grande Estado árabe se as tribos do Hejaz entrassem na guerra ao lado dos Ingleses.

A partir deste momento, os Árabes começaram a aproximar-se dos Aliados, ainda que estes conhecessem grandes dificuldades militares diante dos Turcos⁽⁴⁾.

A 18 de Dezembro de 1914, os Ingleses aproveitaram a entrada da Turquia na guerra ao lado da Alemanha para pôr fim à suserania nominal que o sultão turco exercia sobre o Egipto e impuseram o seu protectorado ao país. A 19 de Dezembro, o *quediva* Abbas II foi deposto por ter demonstrado uma certa indocilidade e substituído por um dos seus tios, Hussein Kamel (1914-1917), segundo filho do *quediva* Ismail, que recebeu o título de *sultão*⁽⁵⁾.

Em Janeiro de 1915, o Canal do Suez foi ameaçado por uma poderosa ofensiva liderada pelo general Djemal Paxá⁽⁶⁾, à frente de um exército de 80 000 homens. Esta ofensiva pretendia recuperar a iniciativa militar porque, desde o início das hostilidades, o exército turco estivera, de facto, sob uma pressão muito forte em várias frentes ao mesmo tempo⁽⁷⁾.

Na Arábia, convencidos pelas promessas aliadas, os *Haxemitas* revoltaram-se contra os Otomanos e foi Hussein, *xerife* de Meca, quem lançou a «revolta árabe». A 12 de Junho, esta dominava Meca, que os Turcos

(4) Em Galípoli, em 1915, na região do Canal de Suez onde os Turcos haviam avançado na Palestina, e especialmente no Iraque, onde o general Townshend sofreu uma grave derrota a 22 de Novembro de 1915 enquanto tentava marchar contra Bagdad. Obrigado a recuar em direcção a Kut el-Amara, foi ali sitiado e forçado a capitular a 26 de Abril de 1916 diante do exército do general Khalil Paxá.

(5) O facto de o Egipto ter agora um sultão à sua frente equivalia, na prática, a romper todos os laços de lealdade com a Porta. A Coroa Britânica era representada por um alto comissário, e o primeiro a ocupar este cargo foi Sir Arthur Henry McMahon.

(6) A ofensiva turca em direcção ao Egipto partiu de Damasco e atravessou o Sinai para alcançar o Canal, mas não conseguiu conquistá-lo e bateu em retirada após um duro fracasso registado a 3 de Fevereiro durante a Batalha de Toussoun, na Palestina.

(7) No Golfo, enfrentando os Britânicos que haviam tomado Bassorá e Fao; contra os Russos, no Cáucaso e, a partir de 25 de Abril de 1915, contra os Aliados na península de Galípoli.

haviam abandonado, e a 16 de Junho o porto de Jeddah ficou sob controlo dos *Haxemitas*. Os Britânicos tinham comprado a neutralidade da poderosa tribo wahabita dos Saud (os *sauditas*), para que estes não atacassem os *Haxemitas*, mas a 6 de Novembro de 1916, quando, em Meca, Hussein se proclamou «rei dos Árabes», eles sentiram-se simultaneamente humilhados e provocados. Foi por esta razão que, no Outono de 1917, quando os Britânicos tentaram persuadi-los a juntarem-se ao exército de Hussein⁽⁸⁾ receberam uma resposta negativa. Em Novembro de 1917, a «revolta árabe», que tinha encontrado um líder em Lawrence [da Arábia], triunfou sobre os Turcos, que perderam o Hejaz. Os Aliados saíram vitoriosos e o exército anglo-árabe entrou em Damasco a 1 de Outubro de 1918.

No Ocidente, contando com o apoio da irmandade Senussi, os Turcos tentaram destabilizar uma vasta área que se estendia desde a Tripolitânia, a norte, a Fezzan, a sudoeste, e ao Darfur, no sul. Esta política colocou problemas aos Italianos na Tripolitânia, aos Franceses no Sara Oriental e aos Ingleses na parte ocidental do Sudão. Estes últimos reagiram em 1916 com a ocupação do Darfur. Até então, tinham permitido que a região levasse uma existência quase autónoma, contentando-se com uma vassalagem mais do que teórica. Mas em 1916, quando o sultão do Darfur pareceu aproximar-se dos Turcos presentes na Líbia, o governador-geral Wingate decidiu intervir para evitar qualquer risco de contágio na região.

No Magrebe, a Argélia não foi directamente afectada pela guerra, com excepção de um bombardeamento naval empreendido por dois cruzadores alemães, o *Breslau* e o *Goeben*, no início de Agosto de 1914. O país manteve-se calmo, ainda que, em 1916, problemas esporádicos agitassem os Aurès. A mobilização em grande escala levada a cabo no seio da população francesa teve consequências importantes porque, uma vez mobilizados os funcionários e os colonos, a rede europeia afrouxou consideravelmente no interior da Argélia. Nas zonas de colonização mais recente registou-se mesmo um recuo para os centros urbanos de muitas

⁽⁸⁾ Em Junho de 1918, iniciou-se na Arábia a guerra civil entre os Haxemitas agrupados atrás de Hussein e os Wahabitas sauditas liderados por Abd-el Aziz ibn Saud, que terminou em Outubro de 1924 com a vitória destes últimos, marcada pela conquista de Meca e pela abdicação do Xerife Hussein, que partiu para o exílio em Chipre. Após a tomada de Medina e de Jeddah em Dezembro de 1925, a Arábia foi unificada sob a liderança de Abd el-Aziz ibn Saud, *Soberano de Nedj e Hejaz* e fundador da dinastia saudita. Restava-lhe eliminar as irmandades guerreiras para estabelecer plenamente o seu poder, o que foi feito em 1929. Em Setembro de 1932, o *Reino de Nedj e Hedjaz* assumiu o nome de *Arábia Saudita*.

famílias europeias isoladas no *bled*. Estas partidas foram muitas vezes definitivas, o que fez com que o primeiro conflito mundial marcassem o início do declínio do processo de colonização de terras na Argélia, fenómeno que acentuou ainda mais a concentração de europeus nos centros urbanos⁽⁹⁾.

Em Marrocos, a declaração de guerra ocorreu num momento particularmente difícil porque a conquista ou «pacificação» encontrava-se então longe de estar concluída e as tropas francesas apenas ocupavam efectivamente uma parte do país. Além disso, muitas regiões subjugadas apenas o eram superficialmente. No entanto, o residente-geral Lyautey recebera ordens muito claras: retirar para a costa as unidades que mantinham os contrafortes do Atlas, com o intuito de poder enviar o máximo de tropas para a frente europeia. Ele estava ciente de que tal retirada conduziria a uma revolta generalizada que poderia ter repercuções em todo o Magrebe. Conseguiu convencer o governo a escolher outra opção, à qual chamou «política da lagosta»: nenhuma posição avançada seria abandonada, mas as respectivas tropas de primeira linha seriam substituídas por reservistas. Como tal, o sistema continuaria a ser o mesmo no terreno, pelo menos na aparência. A guerra atrasou o trabalho de Lyautey, mas não o interrompeu porque, apesar das restrições e da falta de pessoal, ele conseguiu traçar estradas, construir ferrovias, escolas, dispensários, hospitais e até organizar feiras, gostando de dizer que: «A França continua»⁽¹⁰⁾.

(9) Para muitos argelinos, a I Guerra Mundial foi, senão um sinal de alerta, pelo menos uma revelação da sua situação (Meynier, 1981).

(10) Durante a I Guerra Mundial, foram mobilizados 7,8 milhões de franceses da metrópole. As colónias no seu todo forneceram \pm 500 000 homens (457 000 homens), ou 8% do efectivo total, avançando só a Argélia com 251 000, dos quais 73 000 de ascendência francesa, 25 000 argelinos, ou aproximadamente 1/7 do total, e 22 000 franceses argelinos, ou pouco mais de 1/3, foram mortos. O *Segundo Corpo Colonial* que combateu em Verdun em 1916 era composto por 2/3 de europeus. Era constituído por 16 regimentos do Magrebe, incluindo 10 regimentos de zuavos formados por franceses argelinos mobilizados e pelo RICM, que era totalmente europeu. Em 1917 não se registou nenhum motim nos regimentos coloniais, fossem eles compostos por europeus ou africanos (Faivre, 2006: 6). Ao longo da guerra, a França importou seis milhões de toneladas de mercadorias do seu Império, em comparação com 170 milhões de toneladas do estrangeiro, o que representou 3,5% de todas as importações francesas (Lefeuvre, 2006).

B. O conflito na África Ocidental⁽¹¹⁾

Os Aliados deram início às hostilidades no Togo a 7 de Agosto de 1914. Para Paris e Londres, o interesse de tal campanha era, antes de mais, permitir a captura da estação de rádio de Kamina (perto de Atakpamé). Esta estação de TSF, ultramoderna para a época, teria permitido a coordenação da guerra marítima em rotas vitais para os Aliados e poderia ter dado à Alemanha uma vantagem garantida. Não deixa de ser estranho que o *Reich* tenha construído tal estação na menos protegida e menos defendida das suas colónias.

A invasão do Togo teve lugar por mar e por terra, a norte, leste e oeste. Na noite de 24 para 25 de Agosto, os Alemães destruíram a sua estação de rádio em Kamina, e no dia 25, quando as forças aliadas se aproximavam de Atakpamé, o major von Roben deu início a negociações para uma rendição. No dia 26, as tropas comandadas pelo governador von Doering capitularam.

A vitória do Togo foi a primeira «boa notícia» numa guerra que começara bastante mal para os Aliados. Charleroi e Morhange estavam certamente perdidas, os exércitos encontravam-se em retirada, mas, a milhares de quilómetros da frente bêlgico-francesa, uma colónia alemã acabava de ser conquistada. Duas outras também o seriam em breve, o Kamerun e o Sudoeste Africano.

Em África, a guerra podia ter sido evitada

Uma vez declarada a guerra, a Alemanha queria que o conflito não se estendesse às colónias, já que, em última análise, o destino dos impérios seria decidido nas frentes da Europa. O general Eymerich, comandante supremo das tropas da África Equatorial Francesa, partilhava desta opinião:

«[...] os sucessos alcançados nas colónias, por mais brilhantes que sejam, não atenuariam os resultados de uma derrota na Europa e vice-versa.»

A Alemanha tentou assegurar a neutralidade de toda a bacia do Congo. A sua referência era o *Acto de Berlim* de 1885 que, por convenção diplomática, tinha alargado os seus limites geográficos

⁽¹¹⁾ Lughan (1990b); Porte (2006).

a uma fracção da A. E. F. ao Kamerun, à África Oriental Alemã, à África Oriental Inglesa, ao Norte de Angola e à Rodésia, o que equivalia, de *facto*, a neutralizar uma grande parte de África:

«No caso de uma potência que exerce direitos de soberania ou protectorado nos países mencionados no Artigo 1.º e colocados sob o regime de liberdade comercial estar envolvida numa guerra, as Altas Partes signatárias deste acto comprometem-se a prestar os seus bons ofícios para que os territórios pertencentes a esta potência e incluídos na zona convencional de liberdade comercial sejam colocados, durante a guerra, sob o regime de neutralidade e considerados como pertencentes a um Estado não beligerante; as partes beligerantes renunciarão, portanto, a estender as hostilidades aos territórios assim neutralizados, bem como a fazê-los servir de bases para operações de guerra.» (Artigo 2.º do *Acto de Berlim*).

A 7 de Agosto de 1914, o governo belga, que apoava o princípio de neutralidade da África Oriental, enviou uma nota neste sentido aos seus embaixadores em Londres e Paris:

«Dada a missão civilizatória comum às nações colonizadoras, o governo belga deseja, por uma questão de humanidade, não estender as hostilidades à África Central. Como tal, ele não tomará a iniciativa de infligir tal provação à civilização nesta região e as forças militares que ele possui apenas entrarão em acção no caso de terem de repelir um ataque contra as suas possessões africanas.»

A 15 de Setembro de 1914, quando o Togo estava prestes a ser conquistado pelos Aliados, o subsecretário de Estado alemão dos Negócios Estrangeiros, Dr. Zimmermann, enviou uma nota ao embaixador dos EUA em Berlim na qual defendia ainda a necessidade de neutralizar a África Central, para:

«[...] evitar um agravamento puramente gratuito do estado de guerra que seria prejudicial à comunidade cultural da raça branca.»

Os governos britânico e francês recusaram esta proposta, mas os Alemães persistiram, uma vez que, ainda em 1915, uma nota alemã enfatizava que:

«O recurso a tropas de cor na Europa e a extensão da guerra às colónias africanas, que se deu contrariamente aos tratados existentes, o que diminui o prestígio da raça branca nesta parte do mundo, não são menos inconciliáveis com os princípios do direito internacional e da civilização.» (Dubois 1985: 164)

Londres e Paris permaneceram surdas a estas observações porque a sua prioridade era atacar a Alemanha em todos os teatros de operações possíveis, a fim de obter vitórias fáceis que pudessem dar à opinião pública motivos de esperança.

1. A campanha do Kamerun (Camarões)

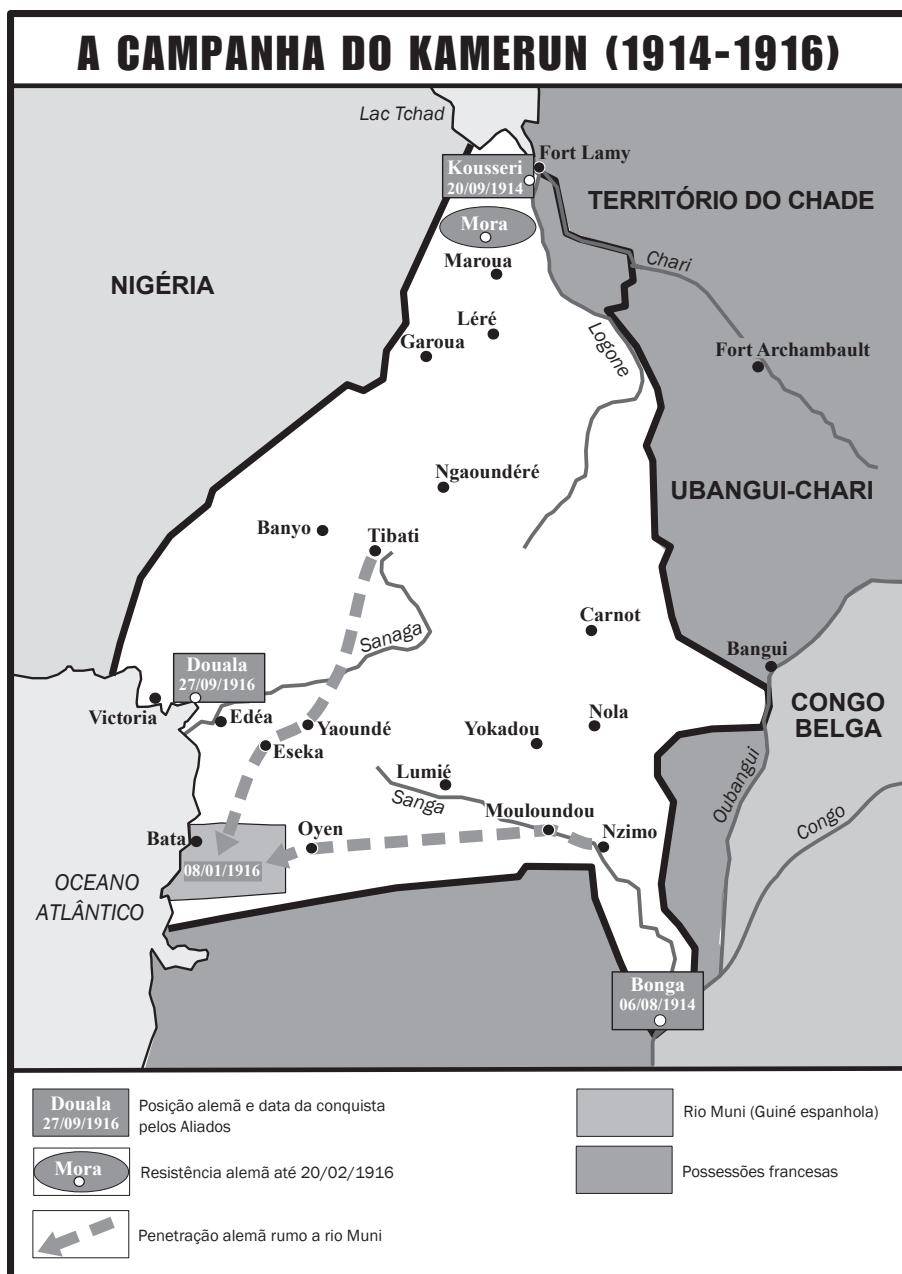
Quando a guerra eclodiu, as forças alemãs no Kamerun, após a mobilização, perfaziam 1460 brancos e cerca de 3000 fuzileiros. O país estava dividido em 12 circunscrições civis, com igual número de companhias policiais. Cada circunscrição tinha uma capital que era o quartel-general da companhia local e no qual existia um forte com blocausse, geralmente cercado por fossos e equipado com duas metralhadoras. No interior do recinto ameado encontravam-se os escritórios, o arsenal, a prisão e os alojamentos das tropas. O comandante supremo do Kamerun era o tenente-coronel Emil Zimmermann.

Em Agosto de 1914, nas suas colónias na África Ocidental, os Britânicos contavam com o regimento da Serra Leoa, a companhia da Gâmbia, três unidades na Costa do Ouro compostas por um regimento regular, uma bateria de artilharia de montanha e um batalhão de infantaria, bem como outras quatro unidades fornecidas pela Nigéria, nomeadamente, um batalhão de infantaria montada, um batalhão de infantaria e duas baterias de artilharia de montanha equipadas com 20 peças. O número total destas forças activas era de 500 britânicos e 8000 africanos, mas a mobilização permitiu alistar várias centenas de funcionários públicos, colonos ou residentes, que foram reforçar estas unidades.

O plano militar francês previa renegar os acordos de 1911 pela força, a fim de unir a AEF num único bloco. As forças francesas da AEF perfaziam 6440 *tirailleurs* africanos, três quartos dos quais recrutados na AOF, e cerca de 1000 quadros europeus.

Um pequeno contingente belga de 580 homens, dos quais dez europeus, também participou nos combates. A entrada da Bélgica na guerra ao lado dos Aliados deu a estes últimos uma vantagem real, na medida em que os caminhos-de-ferro, os navios fluviais e as linhas telegráficas do Congo foram colocados à sua disposição.

A campanha do Kamerun começou nos dias 6 e 7 de Agosto, com a ocupação de Bonga e Zinga pelas tropas francesas, o que permitiu restabelecer as comunicações fluviais entre as possessões da AEF. No final de Agosto, uma força expedicionária franco-britânica sob as ordens do brigadeiro-general C. Dobell foi desembarcada perto de Duala, a capital da colónia que fora tomada a 27 de Setembro. No Norte, o posto de Kousseri fora tomado a 20 de Setembro pelos 600 homens da coluna do Chade, comandada pelo general Largeau, mas a guarnição alemã conseguiu juntar-se ao grosso da companhia do capitão von Raben em Mora.



Todos os direitos reservados www.bernard-lugan.com

Em Março de 1915, quando a principal ofensiva aliada teve início, o coronel Zimmermann tinha duas opções: ou assumia uma posição defensiva em torno de Iaundé e condenava-se, mais cedo ou mais tarde, ao cerco e, como tal, à capitulação, ou abandonava o território alemão

e tentava avançar através do Sul do Kamerun para chegar ao rio Muni, ou Guiné Espanhola, e assim escapar à captura pelas tropas aliadas. Escolhida a segunda opção, iniciou-se então uma perseguição entre as tropas alemãs que convergiam para a fronteira espanhola e as forças aliadas que pretendiam interceptá-las. Os Alemães foram os mais rápidos e foi com a mais rigorosa disciplina que as companhias se reuniram em torno de painéis que indicavam o seu número, o nome do seu comandante e a data da passagem da fronteira. A 7 de Janeiro de 1916, teve lugar uma última parada militar em território alemão, ao que depois o pequeno exército composto por 73 oficiais, 22 médicos, 310 suboficiais, 570 colonos ou funcionários públicos alemães, 6000 fuzileiros e carregadores negros e 14 000 civis nativos, passou para a zona espanhola⁽¹²⁾.

No Norte do Kamerun ainda resistia um enclave, em Sava, perto de Mora, onde, protegido por uma formidável posição rochosa, o capitão von Raben, cercado há 18 meses com um punhado de homens, se recusava a capitular. A 20 de Fevereiro de 1916, um emissário informou-o de que as tropas alemãs tinham sido desarmadas em rio Muni. Von Raben concordou então em entregar aquele posto, mas com a condição de que lhe fossem concedidas honras, o que foi aceite (Lugan, 1990b: 152-164).

2. A conquista do Sudoeste Africano pela África do Sul

No Sudoeste Africano, os Alemães eram mais numerosos do que no Togo e no Kamerun, e os 1600 soldados no activo que constituíam a guarda foram reforçados por vários milhares de reservistas vindos de uma população de 12 000 colonos.

A 4 de Agosto de 1914, quando a guerra foi declarada, a União Sul-Africana, um domínio britânico, viu-se automaticamente envolvida pelo lado dos Ingleses. Os anglófonos aceitaram a entrada na guerra como um dever patriótico, mas os africânderes dividiram-se. Alguns, seguindo o primeiro-ministro da União, general Louis Botha, e o general Ian Smuts,

(12) Esta forte presença alemã em território espanhol preocupava as autoridades francesas porque, no caso de uma decisão de retomar as hostilidades, o que poderiam ter feito os 180 milicianos de rio Muni contra estes combatentes experientes? Após negociações franco-espanholas, 875 alemães, incluindo o governador Ebermayer e o coronel Zimmermann, embarcaram em navios espanhóis com destino a Cádis. Os *tirailleurs* foram transferidos para a ilha de Fernando Pó, divididos em grupos de 55 homens supervisionados por oficiais e suboficiais alemães. Este episódio é narrado por Pierre Benoît num romance intitulado *Monsieur de La Ferté*, Paris, 1934.

o seu ministro da Defesa, afirmaram a sua solidariedade para com a Grã-Bretanha. Outros, alinhados com a posição do general Hertzog, fundador do Partido Nacional, defendiam a neutralidade desde que o país não fosse atacado.

Em Setembro de 1914, o Parlamento do Cabo aceitou o pedido britânico para formar um exército com o intuito de invadir o Sudoeste Africano Alemão. Foi então que o coronel Manie Maritz, à frente do regimento sul-africano estacionado perto da fronteira alemã, se revoltou com o objectivo de se aliar aos Alemães e depois proclamar a independência das Repúblicas Bóeres de Orange e do Transval (Davenport, 1963; Lugan, 1995: 184-187^[13]). Assim sendo, uma nova Guerra dos Bóeres estava prestes a rebentar. Para os Britânicos, a situação era particularmente grave, porque corriam o risco de enfrentar os Bóeres coligados com os Alemães. O governo de Londres estava tão preocupado que chegou ao ponto de desviar os 30 000 homens do contingente australiano-neozelandês a caminho dos Dardanelos e desembarcá-lo na África do Sul. Um total de 12 000 homens pegou em armas contra o governo da União.

A 12 de Outubro, Louis Botha proclamou a lei marcial e marchou ao encontro dos rebeldes que haviam decidido tomar Pretória, e derrotou-os. Maritz continuou a luta sozinho, mas, em Janeiro de 1915, pressionado pelas forças lealistas, viu-se forçado a procurar refúgio em território alemão. A 5 de Maio de 1915, em fuga perante o avanço das tropas sul-africanas, refugiou-se em Angola, onde os Portugueses o internaram até 1916. A rebelião fora esmagada. Os irredutíveis da causa bóer, que pensavam que a Alemanha iria derrotar a Inglaterra e que aquela era a oportunidade perfeita para se vingarem da Guerra dos Bóeres, tinham perdido.

Começou então a campanha do Sudoeste Africano, mas a desproporção de forças era tal que os Alemães apenas podiam tentar protelar uma derrota inevitável. Além disso, a 9 de Novembro de 1914, o coronel Joachim von Heyderbreck, comandante das tropas, morreu acidentalmente ao manusear uma granada. O seu sucessor foi o coronel August-Viktor Franke, ele próprio um veterano da Guerra dos Herero, como vimos anteriormente.

Em Abril de 1916, três colunas sul-africanas, totalizando 42 000 homens, entraram em território alemão. A 12 de Maio, o general Botha

(13) Maritz reuniu o seu regimento e deu aos seus homens um minuto para decidir se queriam segui-lo na revolta. De um total de 1000 soldados, 940 optaram pela dissidência. Maritz proclamou então a República.

ocupou o posto de Windhoek, abandonado pelos Alemães, que haviam recuado para Tsumeb. No dia 22 de Maio, foi tomada Omaruru e a 28 Otjiwarongo, enquanto o maciço de Waterberg era cercado⁽¹⁴⁾. No dia 1 de Julho, Otavi ficou sob o controlo dos Sul-africanos e a 8 chegou a vez de Tsumeb. Os Alemães talvez tivessem a esperança de, através da Faixa de Caprivi, chegar à África Oriental, onde o coronel von Lettow-Vorbeck resistia aos Aliados. Já não lhes sendo possível fazê-lo, e como não tinham possibilidade de recuar, no dia 9 de Julho, às duas horas da manhã, o Dr. Seitz, governador do território, capitulou. Os prisioneiros alemães perfaziam 204 oficiais e 3166 soldados. Os Sul-africanos desmobilizaram-nos de imediato e o coronel Franke passou o resto da guerra numa quinta. Os alemães que assim desejaram foram repatriados em 1919, mas a maioria optou por permanecer no território (Lugan, 1990b: 165-173).

C. O conflito na África Oriental

Administrada pelo Dr. Schnee desde 22 de Julho de 1912, a África Oriental Alemã encontrava-se dividida em 22 distritos chefiados por comissários imperiais. Dois destes distritos, os de Mahenge e Iringa, onde se dera a insurreição dos Hehe e dos Maji-Maji entre 1892 e 1906, encontravam-se sob administração militar. O Ruanda, o Urundi e o Karagwe (a região de Bukoba) constituíam Residências autónomas e eram chefiadas por Residentes imperiais. Desde Janeiro de 1914, a África Oriental Alemã contava com um novo líder militar, o coronel Paul-Emil von Lettow-Vorbeck.

Paul-Emil von Lettow-Vorbeck (1870-1964)

Nascido em 1870, Paul-Emil von Lettow-Vorbeck tinha 44 anos quando chegou a Dar es Salaam. Em 1900, fizera parte da força expedicionária enviada à China para vingar o assassinato do cônsul alemão, o barão von Ketteler. Em 1904, servira como capitão no Sudoeste Africano sob o comando de von Trotha. Lá, familiarizara-se com as campanhas coloniais, caracterizadas pela velocidade e

⁽¹⁴⁾ Na região de Rehoboth, os nativos sublevaram-se. Depois de terem massacrado colonos alemães, foram oferecer a sua cooperação ao general Botha, que os dispensou depois de lhes ter feito saber que aquela guerra de modo algum lhes dizia respeito, uma vez que era uma questão entre brancos.

iniciativa. No final desta guerra, fora ferido no olho esquerdo durante um confronto com os Herero e repatriado. Recebera então o comando de um batalhão de infantaria de fuzileiros navais, com base em Wilhelmshaven. Em 1913, fora nomeado para o Estado-Maior, onde redigira um notável relatório sobre os aspectos militares da política colonial alemã.

Tendo desembarcado há pouco em Dar es Salaam, sabia que em caso de guerra só poderia contar consigo mesmo, porque os Britânicos haviam de impor um bloqueio marítimo. No entanto, dispunha de vantagens reais, como o elevado moral das suas tropas, o nível dos seus oficiais e o seu conhecimento da região. Entre os colonos, de um modo geral estabelecidos na região do Kilimanjaro e do monte Meru, havia muitos oficiais na reserva prontos para regressar ao serviço ao primeiro sinal. Fossem eles, entre outros, o tenente-captão retirado Niemeyer, o capitão de fragata retirado Schoenfeld, o barão von Ledebur, um anterior cadete, ou mesmo o tenente-coronel na reserva barão von Bock, todos haviam demonstrado ser notáveis líderes de homens. Durante quatro anos, von Lettow resistiu aos Aliados. Promovido a general, apenas deixou de lutar após a assinatura do Armistício europeu.

Os Britânicos trataram os seus anteriores adversários com toda a consideração. Em Dar es Salaam, enquanto esperavam pelos navios que os iam repatriar, os sobreviventes da campanha da África Oriental foram vítimas da gripe espanhola, que devastou homens exaustos por quatro anos de guerra no mato. A 18 de Dezembro de 1918, as perdas causadas pela epidemia atingiam os 10% do efectivo. Em Março de 1919, o general von Lettow-Vorbeck regressou à Alemanha. Durante alguns meses comandou uma divisão da *Reichswehr* com a qual interveio em Hamburgo para conter uma revolta comunista. Esta foi a sua última acção militar.

Em 1920, deixou o Exército e foi eleito deputado do *Reichstag*, onde ficou até 1930 na coligação de Weimar. Escreveu as suas *Memórias* (Lettow-Vorbeck, 1933), viajou pela Europa e foi recebido em triunfo na Grã-Bretanha. Em 1935, recusou o cargo de embaixador em Londres que Hitler lhe ofereceu. Encarado com desconfiança pelos nazis, foi colocado sob vigilância. Durante o segundo conflito mundial, dois dos seus filhos morreram em combate, um deles como coronel de um regimento da *Waffen SS*. Quando a II Guerra Mundial terminou, von Lettow foi alvo de um saneamento que teve tanto de injusto como de infundado. Sem recursos, viu-se então forçado a trabalhar como jardineiro. Tinha 75 anos, mas estava em excelente forma física, intelectual e moral. Em 1953, a convite dos Ingleses, fez uma viagem à antiga África Oriental Alemã, então dividida no Tanganica sob soberania britânica, e no Ruanda-Urundi administrado pela Bélgica. Teve ali uma recepção triunfal, chegando os seus anfitriões ao ponto de tocar em sua homenagem a marcha da *Schutztruppe*, o famoso *Heia Safari*. Morreu em 1964, aos 94 anos⁽¹⁵⁾.

⁽¹⁵⁾ Na Alemanha, quatro casernas da *Bundeswehr* tiveram em tempos o seu nome, em Bremen, Bad Segaberg, Hamburg-Jenfeld e Leer. O seu nome foi revisto na década de 2000.

Von Lettow-Vorbeck podia contar com duas linhas ferroviárias, uma no Norte, a *Nordbahn*, ao longo da fronteira do Quénia, e a outra, a *Centralbahn*, que ligava o oceano Índico ao lago Tanganica. Estas duas ferrovias permitiam-lhe deslocar rapidamente as suas companhias, enfrentar ofensivas inimigas e lançar contra-ataques.

1. A resistência alemã

Qual era o estado das forças presentes no momento em que o conflito global envolveu a África Oriental? Do ponto de vista militar, a *Schutztruppe* alemã era principalmente uma força policial. Destinada a manter a ordem, não era um exército vocacionado para participar na guerra moderna ao estilo europeu. Encontrava-se dividida em 14 companhias cujo armamento estava em grande parte ultrapassado, sendo a maioria das espingardas do *Modelo 71* com pólvora negra de calibre 8x8. No entanto, seis companhias estavam equipadas com as então modernas espingardas *Modelo 98* de calibre 7x9 mm, em serviço no Exército alemão. A artilharia consistia em cerca de 50 canhões de todos os calibres, variando desde os 105 mm aos 37 mm. Este conjunto seria posteriormente reforçado pelos canhões retirados de dois navios, o *Königsberg* e o *Môwe*. No Lago Vitória, os Alemães contavam com dois navios a vapor armados, o *Mwanza* e o *Heinrich Otto*, e no Tanganica com quatro, o *Hedwig von Wissmann*, o *Kingani*, o *Graf von Goetzen* e o *Wami*. No início da guerra, von Lettow tinha apenas três camiões⁽¹⁶⁾ que depressa ficaram fora de serviço, razão pela qual se recrutou um verdadeiro exército de carregadores para abastecer a *Schutztruppe*: em média, eram necessários três carregadores por combatente durante a guerra.

Antes da mobilização, a *Schutztruppe* era composta por 216 oficiais e suboficiais alemães e 2540 *askaris*. A este total deve ser adicionada uma força policial de 45 alemães e 2140 *askaris*. Cada companhia era comandada

(16) A desproporção de forças é claramente patente quando consideramos o equipamento. Na verdade, a *Schutztruppe* contava com apenas três automóveis e três camiões de três toneladas, enquanto os Britânicos, e mais tarde os Sul-africanos, tinham várias centenas. Todavia, um camião de três toneladas substituía 600 carregadores. A carga útil destes últimos era de 25 kg, mas, como precisavam de 1 kg de mantimentos por dia, a movimentação das colunas era condicionada pela obrigação de atravessar apenas áreas onde fosse possível alimentá-las. Com numerosos veículos à sua disposição, os Aliados não tinham este problema. Além disso, os camiões, não receando os mosquitos nem a mosca tsé-tsé, nem as doenças tropicais, podiam seguir rotas vedadas às caravanas.